

# As exigências da paz

MAURO SANTAYANA

Se pudéssemos pedir à Providência alguma coisa para o ano que vem, deveríamos suplicar o bom senso. É o que nos tem faltado, principalmente nas últimas décadas, quando tivemos a presunção de transformar a política em ciência exata e chamamos para administrar o Estado alguns rapazes, quase todos de boas famílias, formados em soberbas universidades estrangeiras.

Nada reclama tanto a humildade como a ação política. Trata-se de jogo de extrema paciência para conciliar os interesses em conflito. Como disse Tancredo em um de seus discursos, a paz é a esquiwa conquista da razão política. Se há sentimento dominante no verdadeiro homem de Estado, esse sentimento é o da desconfiança diante dos especialistas. A política é, em última análise, a soma dialética de todas as disciplinas do conhecimento, e a nenhuma, em particular, a sua ação se deve subordinar.

Política e economia são uma só coisa. Aristóteles define a política como a economia comum da cidade, e economia como a política doméstica. A política econômica é a administração do usufruto e consumo, em determinada comunidade, dos bens da natureza, transformados pelo trabalho, a fim de assegurar a paz e o desenvolvimento integral dos homens. Essa é uma definição velha em sua obviedade, mas, ao que parece, esquecida.

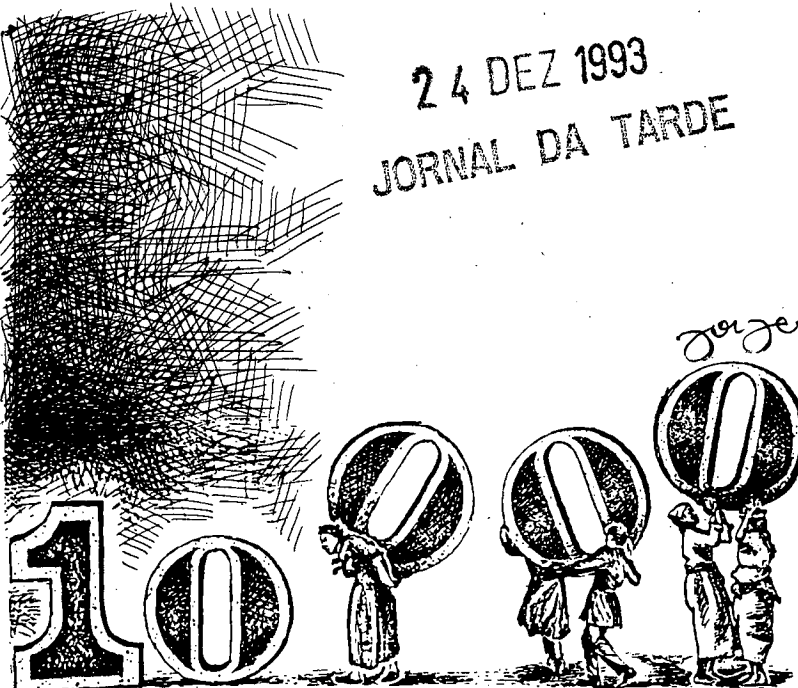
O que identifica o êxito de uma política econômica? É claro que o êxito de qualquer política econômica está no bem-estar do maior número de pessoas, uma vez que o objetivo final (ainda que inatingível) do Estado democrático é a plena realização de todos os homens. Uma política econômica que acentua as desigualdades não é política, nem economia.

O momento em que fazemos a nossa contrição ética deve ser também o momento em que devemos usar a razão na análise da economia nacional. A mobilização nacional contra os ladrões da coisa pública deverá estender-se à moralização das relações econômicas, sem o que ela não passará de comportamento passageiro, sem consequências históricas.

Desde 1985 estamos tentando encerrar o capítulo aberto em 1964 com a intervenção dos militares no processo político. Fomos capazes de abolir a legislação arbitrária mediante a hábil troca de compromissos (negociada sob a orientação de Tancredo Neves), durante o governo do sr. José Sarney, que desarmou o aparelho repressivo do Estado e legalizou o Partido Comunista.

Mas o sr. José Sarney, fosse porque não pudesse, fosse porque não quisesse, não conseguiu impor razão política ao Estado. Continuou prevalecendo a aliança que se havia estabelecido na conspiração contra o sr. João Goulart, entre os empresários nacionais e estrangeiros, os militares e os tecnocratas, e que se consolidara durante o regime militar. E, nessa aliança, o interesse predominante sempre foi o do capital financeiro.

Há um dado, entre outros,



EM 1986, DURANTE  
O PLANO CRUZADO,  
A PARTICIPAÇÃO DOS  
BANCOS NO PIB  
BAIXOU PARA 7,1%.

que demonstra a perversidade do modelo antieconômico imposto à sociedade brasileira. Em 1960 as atividades agropecuárias representavam 22,5% do PIB brasileiro, enquanto as intermediações financeiras ficavam com 6,8%, o que já era elevado, tendo em vista que a média mundial se situa entre 4% e 5%. Em 1989, a agricultura e a pecuária haviam recuado para 8,9%, enquanto a atividade financeira rendia 19,5% do PIB. Nestes últimos quatro anos a situação se agravou dramaticamente, mas não dispomos de dados oficiais atualizados. No último ano, segundo a imprensa, os bancos tiveram lucro líquido superior em 50% ao auferido no ano anterior. Enquanto isso, corremos o risco de uma safra bem menor do que a esperada: onde houve crédito, faltou chuva, e onde choveu bem, faltou crédito.

desnecessária. Enquanto isso, aumentam a recessão e o desemprego, com o crescimento da violência urbana e a dissolução do sentimento de solidariedade nacional. Não há a menor dúvida de que o sistema conta com a cumplicidade de "economistas" do Banco Central e do Tesouro, o que explica a sua resistência em baixar as taxas de juros a níveis aceitáveis. Para ilustrar, convém lembrar que, em 1986, durante o Plano Cruzado, a participação dos bancos no PIB baixou para 7,1%. Conhecendo-se o poder dos banqueiros, sabemos agora por que o Plano malogrou.

Por outro lado, os poucos recursos de investimentos, captados diretamente da poupança do trabalhador (FGTS, PIS-Pasep, FAT), vêm sendo usados pelo BNDES a fim de financiar a iniciativa privada.

SE NÃO CORRIGIRMOS  
AS BRUTAS  
DESIGUALDADES,  
O CONFRONTO SOCIAL  
SAIRÁ DO CONTROLE.

Não se trata de fazer apelo ao coração dos banqueiros, o que seria evidentemente inútil — mas de chamá-los à razão elementar. Segundo as estatísticas, há 32 milhões de brasileiros passando fome. Outros milhões não chegam a passar fome, mas vivem em condições inaceitáveis em nosso tempo. Ano a ano, dia a dia, esta situação se tem agravado, porque o sistema econômico vem transferindo, pela via da inflação (leia-se juros altos) a renda que devia ser do trabalho para o setor financeiro. Tudo leva a crer que se trata de um projeto deliberado, para enfraquecer o Estado, desmoralizá-lo, promover o seu desmonte, com a privatização dos setores estratégicos, e abrir o País à ocupação econômica estrangeira. O esquema é simples: o Estado cobra impostos e, com esses impostos, paga juros altíssimos aos bancos, a fim de "rolar" uma dívida

Basta verificar que quase todas as "privatizações" realizadas ultimamente contaram com recursos do BNDES. Que iniciativa privada é essa? Que capitalismo é esse? Ainda assim, o Estado dispõe de recursos para investimentos na área da saúde, da educação, do saneamento básico, da infra-estrutura. Estudos recentes, realizados pelo sr. Dêrcio Garcia Munhoz, e não contestados pelos "economistas" do Tesouro e do Banco Central, demonstram que sobram recursos. Além das divisas externas (que estão sendo torradas na importação de supérfluos, entre eles automóveis de luxo), e que passam de US\$ 20 bilhões, o governo conta com o patrimônio líquido, as reservas e as provisões do Banco Central, que cresceram, de 1991 a 1993, de US\$ 200 milhões para US\$ 13 bilhões; com os recursos do PIS-Pasep em poder do

BNDES (US\$ 4 bilhões) e com os saldos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (US\$ 5,4 bilhões). Tudo somado são US\$ 22,4 bilhões acumulados internamente. Acrescentados aos US\$ 20 bilhões (em cálculo conservador) das reservas externas disponíveis, são US\$ 42 bilhões. Mas temos ainda os recursos do Cofins, liberados agora por sentença do STF, e calculados em US\$ 6 bilhões. Em suma, são quase US\$ 50 bilhões, que poderiam ser investidos na real modernização do País, o que elevaria à categoria de seres humanos os 20% da população cujo consumo "per capita" é inferior ao dos cães e dos gatos da classe média-alta.

Esse quadro reclama a ação política dos cidadãos. Se não corrigirmos, imediatamente, as brutais desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres, o confronto social sairá do controle. Há dias, o governo britânico anunciou que, no conflito da Irlanda do Norte, nos últimos 25 anos, morreram 3 mil pessoas. A polícia mata, no Brasil, muito mais do que 3 mil pessoas por ano. E quantas morreram de fome ou de doenças vulgares, como as disenterias infantis?

Quem supuser que vivemos em paz não sabe o que é paz. Os homens ricos são obrigados a andar cercados de guarda-costas, nos quais não podem confiar, a se deslocar em veículos blindados, a ver as ruas da cidade como território proibido a seus pés. As pessoas da classe média convivem com o medo e o susto. Um corpo que involuntariamente toca no nosso, à saída de um banco ou de uma loja, esgarça os nervos no terror do assalto. É justo que essa situação perdure, apenas para que os bancos continuem a crescer e os grandes empresários, que a eles se associam, mantenham sua vida de ostensiva arrogância? É aceitável que entreguemos o nosso destino de Nação a rapazes quase imberbes, que nada sabem da vida comum, que não conhecem o sofrimento e o desespero de um pai de família desempregado e que só têm como ideal de vida o êxito aferido pelos bens?

De nada nos adianta lembrar que esta será a noite de Natal, em que celebraremos o nascimento de um homem que nos deixou a mais forte das mensagens da História. Ele nos recomendou repartir o pão e o peixe, não como caridade, e sim como comunhão na vida. No tempo em que vivemos, Cristo é substituído pelo mito escandinavo de Papai Noel, reles garoto-propaganda da sociedade de consumo.

É, portanto, chegado o tempo da reação, que só será efetiva se for política. Se tais economistas fossem úteis à sociedade, não teríamos a inflação que temos. Nem pagaríamos aos banqueiros os juros que pagamos. Devemos submetê-los aos estatutos da Justiça, que são os estatutos da Paz.

O AUTOR  
Mauro  
Santayana é  
Jornalista

